

**BOLETIM
INFORMATIVO**

COMISSÃO DE
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Edição nº 3, de janeiro a dezembro de 2022



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

MP digital

Estratégia Nacional do Ministério Público Digital

MP DIGITAL

Durante a 16ª Sessão Ordinária de 2022 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), realizada no dia 25 de outubro, a Comissão de Planejamento Estratégico (CPE) apresentou proposta de Resolução para instituir a **Estratégia Nacional do Ministério Público Digital (MP Digital)**.

A Estratégia visa estabelecer diretrizes de governança e gestão que impulsionem o desenvolvimento, a coordenação, o planejamento, a priorização e a implementação de estratégias de inovação e fomento à evolução digital no Ministério Público.

Entre os objetivos do MP Digital estão a instituição de uma rede nacional de inovação digital e o incentivo à modernização e ao aprimoramento da atuação ministerial por meio da difusão da cultura da inovação.

Em acréscimo, a Estratégia busca subsidiar o Plenário e as Comissões do CNMP na elaboração de projetos, ações e atos regulamentares que demandem desenvolvimento tecnológico por parte das unidades e ramos do Ministério Público, alinhando o aperfeiçoamento da atuação funcional à necessária evolução tecnológica, respeitadas as particularidades locais e a autonomia institucional.

[Veja a íntegra da Proposta de Resolução](#)

Notícia relacionada:

[Conselheiro apresenta proposta que institui a Estratégia do MP Digital](#)

O **MP Digital** foi desenvolvido no âmbito do Projeto de Governança de Dados e Transformação Digital no Ministério Público, instituído pela Comissão de Planejamento Estratégico – CPE, mediante [Portaria CPE nº 5/2022](#).

Nos últimos 11 meses, foram realizadas visitas técnicas para conhecimento de soluções tecnológicas e de projetos desenvolvidos pelos Ministérios Públicos, além de oficinas para mapeamento de cenário e promoção de estudos e trocas de experiências acerca de estratégias para inovação digital no setor público.

A definição dos eixos de atuação da Estratégia Nacional do Ministério Público Digital (MP Digital) levou em consideração as dificuldades e oportunidades para transformação digital no Ministério Público apontadas em oficina realizada em abril¹, com representantes de todas as unidades e ramos; o Diagnóstico do Ecossistema de Inovação no Ministério Público Brasileiro, promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)²; além das estratégias digitais de diversos órgãos nacionais e internacionais como CNJ, Governo Federal (Secretaria de Governo Digital), TCU, Controladoria Geral da União (CGU), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-ONU), e Governos da Dinamarca, Estados Unidos, Estônia, Reino Unido e Suécia.

¹Em Brasília, membros do Ministério Público fazem mapeamento de sistemas utilizados para a atuação finalística.

ESMPU. Diagnóstico do Ecossistema de Inovação no ²Ministério Público Brasileiro (Relatório resumido). Disponível em: https://escola.mpu.mp.br/servicos-academicos/atividades-academicas/inovaescola/curadoria/1_aniversario_lab/diagnostico_de_e_cossistema_de_inovacao/Relatorio_resumido_diagnostico_ecossistema_a_inovacao. Acesso em 8 de outubro de 2022.

Inovação & Rede

Estimular, difundir e criar condições para o desenvolvimento tecnológico e de práticas inovadoras pelo Ministério Público, visando ao aperfeiçoamento institucional

Referências:

- SGD integration (PNUD)
- Fast future Singapura
- Discovery hub (NESTA)
- GDS
- Experimentation
- Culture Awards

Gestão & Governança

Estabelecer mecanismos organizacionais e estruturas de governança para coordenação da estratégia digital no Ministério Público

Referências:

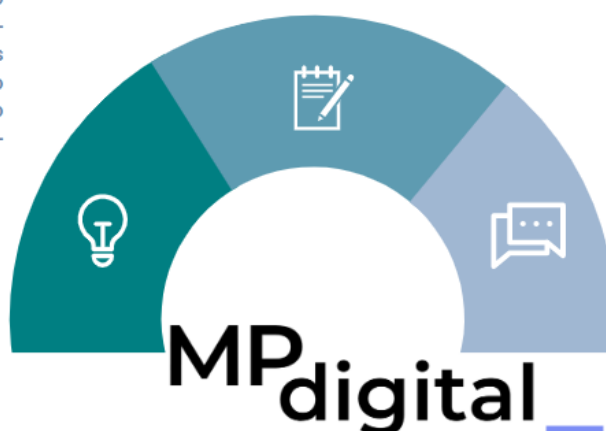
- Grupo Gestor da Construção, implementação e monitoramento da Estratégia Digital (TCU)
- Plataforma Rede Gov.Br
- Justiça 4.0 e Prêmio CNJ de qualidade (CNJ)

Plataforma & Integração

Contribuir para tornar mais eficiente a comunicação e o compartilhamento de recursos, dados e informações, reduzindo custos e tempo investidos na persecução dos mesmos objetivos.

Referências:

- Reuse Catalogue (BuyICT - Australia)
- Marketplace (GDS GOV.UK)
- PDPJ (CNJ)
- X-Road (Estônia)
- Challenge.gov (EUA)
- Plataforma para compras públicas de inovação (TCU)



Estratégia Nacional do Ministério Público Digital



No dia 27 de outubro, a Comissão de Planejamento Estratégico (CPE) se reuniu com especialistas de órgãos públicos com conhecimento e prática em inovação e transformação digital, a fim de colher contribuições para o planejamento da Estratégia Nacional do MP Digital.

O encontro ocorreu na sede do InovaEscola, vinculada à Escola Superior do Ministério Público (ESMPU), em Brasília, e contou com o apoio do Laboratório de Inovação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP/RJ), que, em agosto deste ano, assinou acordo com o CNMP para aprimorar a gestão e os processos de inovação e transformação digital.

Ao longo do evento, a equipe da CPE apresentou as dimensões da estratégia e aprendeu com as experiências de órgãos referência como Tribunal de Contas da União (TCU), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Secretaria de Governo Digital (SGD).

O planejamento será adaptável e terá como princípios a atuação colaborativa e o respeito à autonomia de cada ramo e unidade, preservando que cada um escolha os melhores caminhos tecnológicos e de sistemas, diante do seu contexto.

Notícias relacionadas:

[Comissão do CNMP reúne instituições para debater e receber contribuições sobre a Estratégia Nacional do Ministério Público Digital](#)

[CNMP e MP/RJ assinam convênio para aprimorar gestão e processos de inovação e transformação digital Acordo de Cooperação Inova](#)

PROJETO DE GOVERNANÇA DE DADOS E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO MP

O **Projeto de Governança de Dados e Transformação Digital no Ministério Público** foi instituído pela Comissão de Planejamento Estratégico – CPE por meio da [Portaria CPE nº 5/202](#), com objetivo de impulsionar a inovação digital no Ministério Público e, assim, contribuir para a gestão fiscalizatória mais efetiva e estratégica.

A partir da governança de dados e sua intersecção com ferramentas tecnológicas, a iniciativa busca fomentar a atuação institucional orientada por dados, que permitam maior efetividade na priorização de demandas, no controle de políticas públicas e na proteção do patrimônio público.

Com esse propósito, o Projeto atua sobre três pilares da transformação digital: tecnologia, dados e inovação. Mediante a atuação em rede, a iniciativa visa ampliar o acesso a sistemas e a bases de dados, além de fomentar maior tomada de decisões a partir da análise de dados. Ademais, a utilização de ferramentas para automatização de processos repetíveis e de análise de grande volume de dados confere maior precisão e agilidade ao processo decisório.

Os sistemas e a tecnologia são o suporte para um modelo de atuação institucional voltado para resultados. O que se almeja, de fato, é que cada membro do MP tenha ao seu alcance dados que o auxiliem na definição de prioridades institucionais e subsidiem investigações, reduzindo a subjetividade das decisões e permitindo a veiculação de demandas com maior celeridade e menor custo social.

Referida medida, ao tempo em que fomenta a identidade nacional, reforça a independência funcional, uma vez que o membro terá mais subsídios para conduzir sua fiscalização e veiculá-la de forma judicial ou extrajudicial.

[Saiba mais sobre o Projeto de Governança de Dados e Transformação Digital no Ministério Público](#)

BOAS PRÁTICAS

Com objetivo de conformar novas experiências do exercício da atividade finalística, especialmente no que se refere ao uso de ferramentas tecnológicas aptas a potencializar a efetividade da atuação ministerial, a Comissão de Planejamento Estratégico (CPE/CNMP) promoveu, no âmbito do Projeto Governança de Dados e Transformação Digital no Ministério Público, visitas técnicas institucionais às unidades e ramos do Ministério Público dos Estados do Ceará, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rondônia, Paraíba e Rio Grande do Norte, além do Distrito Federal e do Ministério Público Federal.

Notícias relacionadas:

[CNMP institui projeto de governança de dados e transformação digital no Ministério Público](#)

[“Os membros do Ministério Público devem ter visão de gestores”, destaca conselheiro Moacyr Rey Filho](#)

[CPE apresenta projeto que busca fomentar a transformação digital no Ministério Público](#)

OFICINAS DE TRABALHO

A Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público – CPE/CNMP realizou, entre os dias 27 e 29 de abril de 2022, oficinas de trabalho com representantes de todas as unidades e ramos, indicados pelos respectivos Procuradores-Gerais para compor o grupo do trabalho "Governança de Dados e Transformação Digital no Ministério Público" ([Portaria CNMP-Presi nº 78/2022](#)).

A instituição do GT visa assegurar a representatividade nacional na construção da estratégia de inovação digital do Ministério Público, além de contribuir para fortalecer a atuação coordenada e efetiva por parte dos ramos e das unidades do Ministério Público.

O objetivo do encontro foi identificar os sistemas utilizados pelas unidades ministeriais em sua atuação finalística, com foco no potencial de reutilização por parte dos Ministérios Públicos.

Como atividade preparatória às oficinas, as unidades encaminharam informações relativas aos seus respectivos sistemas em uso, distribuídos em 4 categorias: sistemas para fluxo de processos e procedimentos da área-fim; sistemas de consulta a bases de dados para atender à atividade finalística; sistemas ou soluções de análise para atividade-fim (BIs, IA, alertas, etc.); soluções de georreferenciamento. Para cada sistema, as unidades preencheram um formulário específico do tipo *LimeSurvey* com perguntas acerca das especificidades inerentes às soluções tecnológicas e relativas à facilidade de reuso e aderência.



O mapeamento permitiu identificar as ações necessárias para tornar a rede mais eficiente, integrada e colaborativa. A partir do levantamento, será constituído um repositório das soluções digitais, que permitirá a valorização dos produtos e a facilitação do compartilhamento entre as unidades ministeriais.

Por fim, registra-se que os debates havidos durante a oficina propiciaram a interpretação e a contextualização dos dados obtidos por meio do formulário, além de profícuas reflexões sobre o cenário atual, desafios e perspectivas para fomentar a transformação digital no Ministério Público, os quais servirão de subsídio à CPE na elaboração da Estratégia Nacional do MP Digital e na formulação de políticas institucionais.

Notícias relacionadas:

[Instituído grupo de trabalho sobre Governança de Dados e Transformação Digital no Ministério Público](#)

[Em Brasília, membros do Ministério Público fazem mapeamento de sistemas utilizados para a atuação finalística](#)

[Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP anuncia oficina para mapeamento de sistemas a partir de 27 de abril](#)

PRÊMIO



Com objetivo de estimular o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das atividades do Ministério Público, anualmente, o CNMP realiza o “**Prêmio CNMP**”, que reconhece e compartilha os programas e projetos que mais se destacaram na concretização e alinhamento do Planejamento Estratégico Nacional.

Nesse ano, foram cadastrados 533 projetos. As 27 iniciativas finalistas concorrerão a uma das nove categorias: I - Investigação e inteligência; II - Persecução penal e cível; III - Integração e articulação; IV - Transversalidade dos direitos fundamentais; V - Fiscalização das políticas e dos recursos públicos; VI - Diálogo com a sociedade; VII - Governança e gestão; VIII - Sustentabilidade e IX - Equidade de Gênero.

A cerimônia de premiação está prevista para acontecer no dia 30 de novembro de 2022, no auditório da Escola Superior do Ministério Público (ESMPU).

[Acesse o Portal do Prêmio CNMP](#)

Notícias relacionadas:

[Prêmio CNMP: Comissão de Planejamento Estratégico divulga 533 projetos pré-habilitados](#)

[Mais de 500 iniciativas dos Ministérios Públicos estão habilitadas à 10ª edição do Prêmio CNMP](#)

[Prêmio CNMP 2022 | 10ª Edição: divulgadas as iniciativas finalistas](#)

BANCO NACIONAL DE

É por meio do **Banco Nacional de Projetos** que as unidades do Ministério Público cadastram as iniciativas, projetos e programas de autoria de seus membros ou servidores, com o objetivo de torná-los acessíveis às demais unidades, ao Poder Público e à sociedade.

Existem cerca de 3 mil iniciativas cadastradas, e, anualmente, visando reconhecer e estimular o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das atividades do Ministério Público, os projetos podem se habilitar a concorrer ao “Prêmio CNMP”.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NACIONAL

O Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-MP), aprovado para o decênio 2020-2029, faculta às unidades ministeriais a adesão ao **Mapa Estratégico nacional**, de caráter direcionador e não vinculativo.

Até o momento, já aderiram ao Mapa os Ministérios Públicos do Acre (MP/AC), Alagoas (MP/AL), Amapá (MP/AP), Ceará (MP/CE), Goiás (MP/G), Maranhão (MP/MA), Minas Gerais (MP/MG), Paraíba (MP/PB), Piauí (MP/PI), Rio Grande do Sul (MP/RS), Rio Grande do Norte (MP/RN), Rondônia (MP/RO), Roraima (MP/RR) e Santa Catarina (MP/SC).

As unidades aderentes podem solicitar o apoio técnico e logístico da CPE para revisão ou construção de seus planejamentos estratégicos.

Em 2022, a CPE promoveu oficinas presenciais para apoiar a elaboração do planejamento estratégico dos Ministérios Públicos dos Estados de Goiás (26 de maio), Alagoas (31 de maio), Rio Grande do Norte (27 e 28 de setembro) e Amapá (17 e 18 de novembro).



As atividades são adaptadas às necessidades de cada instituição, a partir da modelagem utilizada na elaboração do PEN-MP.

Importa mencionar que, a despeito da adesão ao Mapa Estratégico Nacional, a priorização de projetos e iniciativas é de livre escolha das unidades, respeitadas as particularidades locais e a autonomia institucional.

[Saiba mais sobre o PEN-MP](#)

Notícias relacionadas:

[CNMP celebra acordo de adesão do Ministério Público do Ceará ao Planejamento Estratégico Nacional do MP](#)

[CNMP assina acordo de adesão do Ministério Público do Amapá ao Planejamento Estratégico Nacional do MP](#)

[CNMP apresenta projeto de inovação digital durante celebração dos 130 anos do MP/RN](#)

[Comissão do CNMP trata de inovação digital e planejamento estratégico no Ministério Público de Goiás](#)

[Em Alagoas, CNMP realiza oficinas para elaboração do planejamento estratégico do MP para os próximos seis anos](#)

RADAR ESTATÉGICO

A CPE/CNMP divulgou, no dia 24 de maio de 2022, o resultado de 2022, ano-base de 2021, do Radar Estratégico do Ministério Público, instrumento de acompanhamento do Planejamento Estratégico nacional, a partir do qual é possível monitorar os avanços institucionais da área de planejamento e gestão estratégica da instituição.

Realizado com a colaboração de todas as unidades e ramos do Ministério Público, o resultado está disponível na página da CPE, no Portal do CNMP, em formato de relatório *Business Intelligence* (BI).

[Saiba mais sobre o Radar Estratégico](#)

Notícias relacionadas

[CNMP divulga resultados do cumprimento do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público](#)

FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O **Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG)**, presidido e coordenado pela Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CPE/CNMP), busca promover o debate, o estudo, a análise, a discussão, a harmonização, a articulação e a implementação de melhores práticas de gestão para suporte à atividade fim do Ministério Público.

Para essa finalidade, o Fórum é estruturado em comitês temáticos, entre os quais: de Tecnologia da Informação (CPTI); Comunicação Social (CPCOM); Gestão Administrativa (CPGA); Políticas de Gestão Orçamentária (CPGO); de Gestão de Pessoas (CPGP); e Gestão Estratégica (CPGE).

FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO

Também integram o FNG-MP os Representantes da Administração Superior (RAS), grupo composto por membros da alta administração, que atuam para ampliar, aprimorar e conferir efetividade às deliberações do Fórum.

O FNG é um importante espaço de inteligência coletiva e de comunicação entre os MPs, os quais facilitam o encontro frutífero de lições aprendidas e de ideias para a construção do futuro. Em 2022 foram realizadas 2 reuniões ordinárias, nos meses de junho e novembro.

Os integrantes do Fórum também receberam capacitação para utilização da metodologia de OKRs (*Objectives and Key Results* – Objetivos e Resultados-Chave), com certificação internacional. Referida metodologia será implementada no desdobramento das ações estratégicas priorizadas para 2023, o que proporcionará maior agilidade à execução e obtenção de resultados mais efetivos.

Notícias relacionadas:

[Veja aqui o Relatório da 1ª Reunião Ordinária do FNG](#)

[Saiba mais sobre o FNG-MP](#)

TABELAS UNIFICADAS

As Tabelas Unificadas, instituídas pela [Resolução CNMP nº 63, de 1º de dezembro de 2010](#), objetivam padronizar e uniformizar as terminologias utilizadas pelas unidades do Ministério Público.

[Saiba mais sobre as Tabelas Unificadas](#)

COMITÊ GESTOR NACIONAL DAS TABELAS UNIFICADAS

Considerando a constante necessidade de manutenção e aperfeiçoamento das Tabelas Unificadas no âmbito do Ministério Público, a CPE sugeriu à Presidência do CNMP a edição de nova portaria para regulamentar, no âmbito do CNMP, o Comitê Gestor Nacional das Tabelas Unificadas – CGNTU.

Nesse sentido, restou publicada a [Portaria CNMP-PRESI nº 182, de 14 de junho de 2022](#), que disciplina as atribuições e a composição do Comitê.

Na intenção de assegurar, sempre que possível, a representatividade do CNMP e dos diversos ramos e unidades do Ministério Público, o CGNTU, constituído por meio da [Portaria CNMP-PRESI nº 183, de 14 de junho de 2022](#), possui em sua formação, além de integrantes indicados pela CPE, quatro representantes do Ministério Público da União, indicados pelo Procurador-Geral de cada um de seus ramos; três representantes do Ministério Público dos Estados, sendo um representante indicado pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE) e dois indicados pelo Conselho Nacional de Corregedores-Gerais (CNCGE); um representante indicado pela Corregedoria Nacional do Ministério Público; e dois representantes indicados pela Secretaria-Geral do CNMP.

INDICADORES DE GESTÃO E DE ATUAÇÃO FUNCIONAL DO MP

Nos termos do disposto no art. 1º, § 1º, da Resolução CNMP nº 74, de 19 de julho de 2011, o Ministério Público da União e dos Estados disponibilizarão ao Conselho Nacional do Ministério Público informações referentes à estrutura de pessoal, tecnologia da informação, orçamentária e financeira, e as informações sobre o desempenho funcional do Ministério Público.

Os dados são prestados anualmente à Comissão de Planejamento Estratégico, por meio do sistema CNMPInd e são objeto de divulgação na ferramenta online “Ministério Público: um retrato”.

Com objetivo de assegurar maior uniformidade na alimentação dos dados e maior precisão estatística, registra-se que o CNMP está estudando o desenvolvimento de um mecanismo automatizado de ETL (extração, transformação e carga) dos dados da atuação funcional, com interoperabilidade com os bancos de dados das unidades e ramos do Ministério Público, que possibilitará buscar informações de forma muito mais célere e eficaz.

Notícia relacionada:

[Reunião de comitê gestor aborda ações de aperfeiçoamento do Sistema das Tabelas Unificadas](#)

[Aprovação do protótipo *Template* é destaque da 2ª reunião ordinária do Comitê Gestor Nacional das Tabelas Unificadas](#)

**BOLETIM
INFORMATIVO**

**COMISSÃO DE
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

Edição nº 2, de abril a julho de 2022



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



PROJETO GOVERNANÇA DE DADOS E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO



O [Projeto de Governança de Dados e Transformação Digital no Ministério Público](#) - PGDTD, instituído no âmbito da Comissão de Planejamento Estratégico - CPE, objetiva, a partir da inovação digital, contribuir para transformação do modelo de atuação fiscalizatória do Ministério Público, para torná-lo mais efetivo, preventivo e estratégico.

Por intermédio da governança de dados e sua intersecção com ferramentas tecnológicas, o Projeto busca fomentar a gestão fiscalizatória

fundamentada em evidência de dados, apta a promover uma atuação mais proativa, negociada e resolutive, indispensável para viabilizar o necessário protagonismo do Ministério Público na efetiva transformação da realidade social.

Para essa finalidade, o Projeto atua sobre três pilares da transformação digital: tecnologia, dados e inovação. Mediante a atuação em rede, a iniciativa visa ampliar o acesso a sistemas e a bases de dados, além de fomentar a cultura analítica e o aprimoramento da aptidão para tomada de decisões a partir da análise de dados.

Os sistemas e a tecnologia são o suporte para um modelo de atuação institucional orientado por dados e voltado para resultados. O que se almeja, de fato, é que cada membro do MP tenha a possibilidade de utilizar dados na sua tomada de decisão, especialmente nos processos decisórios relativos à fiscalização do patrimônio público e da implementação de políticas públicas concretizadoras de direitos fundamentais. Referida medida, ao tempo em que fomenta a identidade institucional, reforça a independência funcional, uma vez que o membro terá mais subsídios para conduzir sua fiscalização de forma mais eficiente, de forma judicial ou extrajudicial.

[Saiba mais sobre o Projeto de Governança de Dados e Transformação Digital no Ministério Público](#)

❖ OFICINA PARA MAPEAMENTO DE SISTEMAS DE SUPORTE À ATUAÇÃO FINALÍSTICA

A Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CPE/CNMP) realizou, entre os dias 27 e 29 de abril, oficinas de trabalho para mapeamento de sistemas de suporte à atuação finalística utilizados pelos Ministérios Públicos. As oficinas contaram com a participação de representantes de todas as unidades e ramos, indicados pelos respectivos Procuradores-Gerais.

O objetivo do encontro foi a construção, de forma colaborativa, de uma rede representando o mapa dos sistemas utilizados pelas unidades ministeriais em sua





atuação finalística, com foco na identificação do potencial de reutilização das ferramentas por parte dos Ministérios Públicos.

A partir do levantamento, será constituído um inventário das soluções de inovação, que permitirá a valorização dos produtos e a facilitação do compartilhamento entre as unidades ministeriais.

Além de conhecer os sistemas utilizados, o encontro propiciou profícuas reflexões sobre o cenário atual, desafios e perspectivas para fomentar a inovação digital no Ministério Público, os quais serão objeto de publicação eletrônica no 2º semestre.

Notícias relacionadas

[Em Brasília, membros do Ministério Público fazem mapeamento de sistemas utilizados para a atuação finalística](#)

[Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP anuncia oficina para mapeamento de sistemas a partir de 27 de abril](#)

❖ LEVANTAMENTO DE PROJETOS DE INOVAÇÃO

Na intenção de conhecer projetos de inovação empreendidos pelas unidades ministeriais, a Comissão de Planejamento Estratégico (CPE/CNMP) promoveu, no âmbito do [Projeto Governança de Dados e Transformação Digital no Ministério Público](#), visitas institucionais aos Ministérios Públicos dos Estados de São Paulo (MP/SP), Mato Grosso do Sul (MP/MS), Goiás (MP/GO) e Rondônia (MP/RO).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (MP/SP)



Nos dias 30 e 31 de março de 2022, integrantes do CNMP realizaram visita técnica institucional ao Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP), com o objetivo de conhecer os sistemas, as bases e as soluções da unidade ministerial na área de inovação digital.

Entre as iniciativas apresentadas, destacam-se o sistema “Harpia”, que sistematiza dados e informações relacionadas às áreas criminal e de atuação específica dos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecos); e o “Vinea”, ferramenta que auxilia as Promotorias da Infância e Juventude na análise de dados de atos

infracionais e na compreensão de seus contextos, fomentando a construção de políticas públicas adequadas à realidade local.

Participaram do encontro os conselheiros do CNMP Moacyr Rey Filho, Ângelo Fabiano Farias, Jaime de Cássio Miranda, Paulo Cezar dos Passos e Rinaldo Reis Lima; o secretário-geral do CNMP, Carlos Vinícius Alves Ribeiro; o membro auxiliar da Presidência do CNMP Daniel Azevedo Lôbo; o promotor de Justiça do MP/MS Lindomar Tiago Rodrigues; a encarregada de Dados do CNMP, Ana Paula Machado Franklin; e o promotor de Justiça do Ministério



Público do Estado do Rio de Janeiro (MP/RJ) Bernardo Maciel Vieira. Estavam presentes também os integrantes do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) Hiza Maria Silva Carpina e Bernardo Barbosa Matos.

Notícias relacionadas

[Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP conhece iniciativas de inovação digital do MP/SP](#)

[MPSP apresenta soluções de inovação digital ao Conselho Nacional do Ministério Público](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MP/MS)

Para dar seguimento às ações atinentes ao Projeto de Governança de Dados e Transformação Digital no Ministério Público, no dia 18 de maio de 2022, integrantes do CNMP realizaram visita técnica ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MP/MS), onde foram compartilhadas experiências, projetos e soluções inovadoras desenvolvidas pela unidade.

A comitiva do CNMP conheceu as ferramentas desenvolvidas pelo Laboratório de Inovação em Inteligência Artificial, como “Innovation Lab: o uso de inteligência artificial para a aplicação eficiente da Lei Maria da Penha”, “Robô da Ficha Limpa”, “Portal das Fundações”, “Reconhecedor de Entidades”, “Gravador e Degravador de audiências” e as “Filas Inteligentes e Propositor de Documentos”.



Na oportunidade, o CNMP e o MP/MS celebraram acordo de cooperação técnica que visa ao aprimoramento da gestão e processos de inovação, por meio do compartilhamento de projetos e boas práticas que possam ser passíveis de cessão.

O ato foi assinado pelo Procurador-Geral de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda e pelo Conselheiro Presidente da CPE/CNMP, Moacyr Rey Filho, e prevê um plano de trabalho para cooperação técnica, sem repasse de recurso financeiro, em que o MP/MS disponibiliza ao CNMP o Aplicativo OKR e o Painel de BI – *Business Intelligence*, ambos desenvolvidos pelo MPMS na plataforma *Microsoft Power Apps*.

Participaram da visita técnica os conselheiros do CNMP Moacyr Rey Filho e Rinaldo Reis Lima; os membros auxiliares da CPE, Octavio Celso Gondin Paulo Neto e Guilherme Andre Pacheco Zattar; além dos integrantes do MPDFT Marcelo da Silva Oliveira, Carolina Rebelo Soares e José Eduardo Sabo Paes.

Notícia relacionada

[CNMP e MP/MS celebram acordo sobre aprimoramento de gestão e processos de inovação](#)

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS (MP/GO)**

Ainda no âmbito do Projeto de Governança de Dados e Transformação Digital, integrantes do CNMP realizaram visita técnica ao Ministério Público do Estado de Goiás (MP/GO).

Na oportunidade, o MP/GO apresentou algumas soluções inovadoras de apoio à investigação e para gerenciamento da segurança institucional, com detalhamento dos sistemas do Portal de Apoio à Investigação (PAI), do Forseti e do Cerberus. A apresentação abrangeu ainda demonstrações de ferramentas desenvolvidas para aprimorar a interlocução da instituição com o cidadão, como o sistema de certidão on-line; o portal de denúncias MP Cidadão; e o sistema Atena, de

movimentação de autos no MPGO.

Participaram da visita técnica o conselheiro do CNMP Moacyr Rey Filho; o secretário-geral do CNMP, Carlos Vinícius Alves Ribeiro; o membro auxiliar da CPE, Octavio Celso Gondin Paulo Neto; além dos integrantes do MPDFT Marcelo da Silva Oliveira, Georges Carlos Frederico Moreira Seigneur e José Eduardo Sabo Paes.

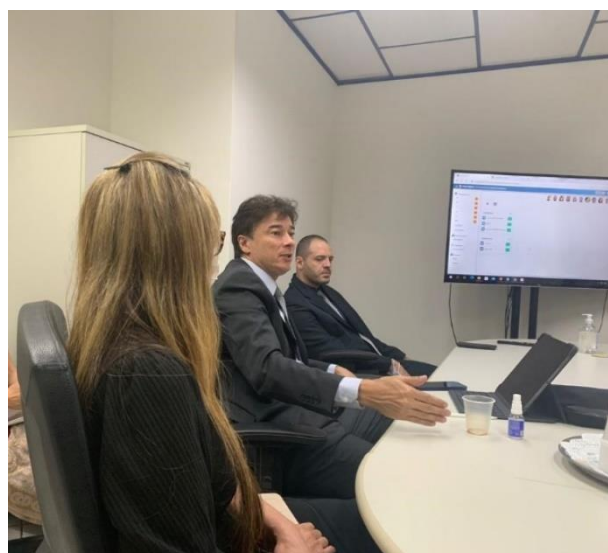
Notícia relacionada

[CNMP conhece sistemas de apoio à investigação, monitoramento da segurança e interlocução com cidadão](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA (MP/RO)

Em visita técnica realizada ao Ministério Público do Estado de Rondônia (MP/RO), foram apresentados importantes sistemas desenvolvidos pela unidade. Destacam-se: Extradigital, para controle do fluxo de procedimentos extrajudiciais; Agnom, uma ferramenta de web desenvolvida pelo MP/RO com o objetivo de gerenciar as atividades dos Oficiais de Diligências, para assegurar a distribuição equitativa das diligências entre os servidores que exercem a atividade e permitir controle efetivo dos serviços realizados; e o Laudus, sistema desenvolvido para controlar todo fluxo das atividades do Núcleo de Análises Técnicas do MP/RO.

Participaram da visita técnica o conselheiro do CNMP Moacyr Rey Filho; o Procurador de Justiça do MPDFT José Eduardo Sabo Paes; e a Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP/ES) Claudia Santos Garcia.





PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NACIONAL (PEN-MP 2020/2029)



A [Resolução CNMP nº 147/ 2016](#), estabelece, em seu art. 4ª, que a gestão do planejamento estratégico nacional do Ministério Público será exercida pela Comissão de Planejamento Estratégico (CPE/CNMP).

Nesse sentido, a CPE empreendeu esforços para elaboração, em 2019, do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-MP) para o decênio 2020-2029. A partir de 1º de janeiro de 2020 passou, então, a vigorar o novo mapa estratégico nacional, aprovado por ocasião da 4ª Sessão Ordinária, realizada em 26 de

março de 2019.

Destaca-se que o PEN foi elaborado de modo coletivo, democrático e com a participação de todas as unidades e ramos do MP brasileiro. Por sua transversalidade, possui caráter direcionador, não vinculativo e de adesão voluntária.

Até o momento, já aderiram ao Mapa Estratégico os Ministérios Públicos do Acre (MP/AC), Alagoas (MP/AL), Amapá (MP/AP), Ceará (MP/CE), Goiás (MP/G), Maranhão (MP/MA), Minas Gerais (MP/MG), Paraíba (MP/PB), Piauí (MP/PI), Rio Grande do Sul (MP/RS), Rio Grande do Norte (MP/RN), Rondônia (MP/RO), Roraima (MP/RR) e Santa Catarina (MP/SC).

[Saiba mais sobre o PEN-MP](#)

❖ RADAR ESTRATÉGICO

A CPE/CNMP divulgou, no dia 24 de maio de 2022, o resultado de 2022, ano-base de 2021, do Radar Estratégico do Ministério Público, instrumento de acompanhamento do Planejamento Estratégico nacional, a partir do qual é possível monitorar os avanços institucionais da área de planejamento e gestão estratégica da instituição.

Realizado com a colaboração de todas as unidades e ramos do Ministério Público, o resultado está disponível na [página da CPE](#), no Portal do CNMP, em formato de relatório *Business Intelligence* (BI).

[Saiba mais sobre o Radar Estratégico](#)

Notícias relacionadas

[CNMP divulga resultados do cumprimento do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público](#)

❖ ADESÕES AO MAPA ESTRATÉGICO DO PEN-MP 2020/2029

Entre os meses de abril e junho, aderiram ao Mapa Estratégico do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-MP 2020/2029) os Ministérios Públicos dos Estados do Ceará (MP/CE), Acre (MP/AC) e Rio Grande do Norte (MP/RN).



Na próxima etapa, serão realizadas oficinas presenciais para elaboração ou revisão do planejamento estratégico das respectivas unidades. As atividades são adaptadas às necessidades da instituição, a partir da modelagem utilizada na elaboração do PEN-MP.

Importa mencionar que, a despeito da adesão ao Mapa Estratégico Nacional, a priorização de projetos e iniciativas é de livre escolha das unidades, respeitadas as particularidades locais e a autonomia institucional.



Notícias relacionadas

[CNMP celebra acordo de adesão do Ministério Público do Ceará ao Planejamento Estratégico Nacional do MP](#)

[CNMP assina acordo de adesão do Ministério Público do Amapá ao Planejamento Estratégico Nacional do MP](#)

[CNMP apresenta projeto de inovação digital durante celebração dos 130 anos do MP/RN](#)

❖ OFICINAS DE APOIO À ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A [Resolução CNMP nº 147/ 2016](#), prevê, no parágrafo único do art. 20, que a CPE/CNMP prestará assessoria técnica e logística para as instituições que solicitarem a revisão ou construção de seus planejamentos estratégicos.

Por essa razão, a CPE promoveu oficinas presenciais para apoiar a elaboração do planejamento estratégico dos Ministérios Públicos dos Estados de Goiás e de Alagoas, respectivamente, nos dias 26 e 31 de maio de 2022.

As oficinas foram adaptadas às necessidades de cada instituição, a partir da modelagem utilizada na elaboração do PEN-MP.



Notícias relacionadas

[Comissão do CNMP trata de inovação digital e planejamento estratégico no Ministério Público de Goiás](#)

[Em Alagoas, CNMP realiza oficinas para elaboração do planejamento estratégico do MP para os próximos seis anos](#)



FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO

O Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG), presidido e coordenado pela Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CPE/CNMP), foi criado em 2012 e reestruturado em 2014.

O FNG-MP busca promover o debate, o estudo, a análise, a discussão, a harmonização, a articulação e a implementação de melhores práticas de gestão para suporte à atividade fim do Ministério Público.

Para essa finalidade, o Fórum é estruturado em comitês temáticos, quais sejam: Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação do Ministério Público (CPTI); Comitê de Políticas de Comunicação Social (CPCOM); Comitê de Políticas de Gestão Administrativa (CPGA); Comitê de Políticas de Gestão Orçamentária (CPGO), Comitê de Políticas de Gestão de Pessoas (CPGP) e Comitê de Política de Gestão Estratégica (CPGE). Também integram o FNG-MP os Representantes da Administração Superior (RAS), grupo composto por membros da alta administração, que atuam para ampliar, aprimorar e conferir efetividade às deliberações do Fórum.

[Saiba mais sobre o FNG-MP](#)

❖ 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2022

FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO



A CPE/CNMP promoveu, nos dias 6 a 8 de junho de 2022, a 1ª Reunião Ordinária de 2022 do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG-MP).

O evento, realizado em formato virtual, recebeu 278 inscrições e reuniu os comitês das áreas de orçamento, comunicação, tecnologia e de gestão administrativa, orçamentária, estratégica e de pessoas do Ministério Público para analisar, avaliar e propor planos de ação referentes aos respectivos temas de atuação.

Ao final, os coordenadores de cada comitê apresentaram os resultados alcançados e as sugestões de planejamento e de execução para 2022. O trabalho será compilado pelos Representantes da Administração Superior (RAS) e discutido, detalhadamente, em reuniões com os coordenadores dos comitês.

Notícias relacionadas

[Começa a 1ª Reunião Ordinária de 2022 do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público](#)

[Resultados alcançados e sugestões de planejamento são apresentados em encerramento de encontro do Fórum Nacional de Gestão do MP](#)



TABELAS UNIFICADAS



As Tabelas Unificadas, instituídas pela [Resolução CNMP nº 63, de 1º de dezembro de 2010](#), objetivam padronizar e uniformizar as terminologias utilizadas pelas unidades do Ministério Público.

Desenvolvidas pelos Conselhos Nacional de Procuradores-Gerais - CNPG e de Corregedores-Gerais do Ministério Público - CNCG, em comissão mista com a participação de membros do Ministério Público de todo o país, as tabelas foram concebidas em um modelo voltado à integração com o Poder Judiciário, para possibilitar a unificação e a construção das Tabelas Nacionais do Sistema de Justiça, em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

[Saiba mais sobre as Tabelas Unificadas](#)

❖ COMITÊ GESTOR NACIONAL DAS TABELAS UNIFICADAS

Considerando a constante necessidade de manutenção e aperfeiçoamento das Tabelas Unificadas no âmbito do Ministério Público, a CPE sugeriu à Presidência do CNMP a edição de nova portaria para regulamentar, no âmbito do CNMP, o Comitê Gestor Nacional das Tabelas Unificadas – CGNTU.

Nesse sentido, restou publicada a [Portaria CNMP-PRESI nº 182, de 14 de junho de 2022](#), que disciplina as atribuições e a composição do Comitê.

Na intenção de assegurar, sempre que possível, a representatividade do CNMP e dos diversos ramos e unidades do Ministério Público, o CGNTU, constituído por meio da [Portaria CNMP-PRESI nº 183, de 14 de junho de 2022](#), possui em sua formação, além de integrantes indicados pela CPE, quatro representantes do Ministério Público da União, indicados pelo Procurador-Geral de cada um de seus ramos; três representantes do Ministério Público dos Estados, sendo um representante indicado pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG) e dois indicados pelo Conselho Nacional de Corregedores-Gerais (CNCG); um representante indicado pela Corregedoria Nacional do Ministério Público; e dois representantes indicados pela Secretaria-Geral do CNMP.

A 1ª reunião ocorreu nos dias 27 e 28 de junho de 2022, em formato híbrido.

PRÊMIO CNMP

O Banco Nacional de Projetos (BNP), produto do Planejamento Estratégico Nacional, é a ferramenta informatizada por meio da qual são cadastradas iniciativas dos ramos e unidades do Ministério Público, de autoria de seus membros ou servidores, com o objetivo de torná-los acessíveis às demais unidades, ao Poder Público e à sociedade em geral.



Ainda, anualmente, visando reconhecer e estimular o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das atividades do Ministério Público, os projetos cadastrados concorrem ao “Prêmio CNMP”.

Nesse ano, foram cadastrados 547 projetos, os quais concorrerão a uma das nove categorias: I - Investigação e inteligência; II - Persecução penal e cível; III - Integração e articulação; IV - Transversalidade dos direitos fundamentais; V - Fiscalização das políticas e dos recursos públicos; VI - Diálogo com a sociedade; VII - Governança e gestão; VIII - Sustentabilidade e IX - Equidade de Gênero.



A CPE divulgou, no dia 21 de junho de 2022, a lista dos projetos pré-habilitados a concorrerem ao Prêmio CNMP, Edição 2022, totalizando 533 iniciativas.

Veja os projetos inscritos por [categoria](#) ou por [unidade ministerial](#)

A cerimônia de premiação está prevista para acontecer no dia 30 de novembro de 2022.

[Acesse o Portal do Prêmio CNMP](#)

Notícias relacionadas

[Prêmio CNMP: Comissão de Planejamento Estratégico divulga 533 projetos pré-habilitados](#)

[Mais de 500 iniciativas dos Ministérios Públicos estão habilitadas à 10ª edição do Prêmio CNMP](#)

POLÍTICA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MP (PNTI-MP)

A Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) prorrogou, por um ano, o prazo estabelecido para que as unidades e os ramos do Ministério Público encaminhem o Plano de Trabalho para implementação dos requisitos definidos na [Resolução CNMP nº 171/2017](#), que institui a Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público (PNTI-MP).

Por meio da [Portaria CPE nº 5/2022](#), ficou estabelecida a data de 31 de julho de 2023 como novo prazo para o cumprimento do Plano de Trabalho da PNTI, que deve ser aprovado pelo Comitê Estratégico de TI (CETI).

❖ INSTITUIÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO

Considerando a atual crise estabelecida com a perda de talentos técnicos das unidades de TI para o mercado privado (nacional e internacional); e considerando que a transformação digital almejada pelo Ministério Público depende, sobretudo, da estruturação das áreas de TI, a Comissão de Planejamento Estratégico (CPE/CNMP) solicitou à



Presidência do CNMP a instituição de grupos de trabalho para promover estudos acerca da reformulação da política de pessoal de TI.

Com efeito, foram instituídos mediante portaria [CNMP-PRESI nº 220 de 6 de julho de 2022](#) e [CNMP-PRESI nº 221 de 6 de julho de 2022](#) grupos de trabalho para a elaboração de enunciados técnicos referidos nas alíneas “d” e “e” do artigo 8º, § 1º, do capítulo III, Seção II, da Resolução CNMP nº 171/2017, que tratam, respectivamente, de “critérios de dimensionamento das equipes de TI, prioritariamente aquelas responsáveis pelas atividades de governança, segurança da informação, desenvolvimento de softwares, banco de dados, aquisição e contratos, atendimento ao usuário e infraestrutura”, e “plantões e sobreavisos das equipes de TI para o desempenho de atividades técnicas extraordinárias, nos termos da legislação aplicável”.

Notícia relacionada

[CNMP institui grupos de trabalho para elaborar enunciados técnicos na área de tecnologia da informação](#)

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 195/2021 – BARRAMENTO DE SERVIÇOS DO PROCESSO ELETRÔNICO NACIONAL

Em 21 de outubro de 2021, o CNMP celebrou o [Acordo de Cooperação Técnica nº 195/2021](#) com Ministério da Economia com o objetivo de autorizar a coordenação da implantação do Barramento de Serviços do Processo Eletrônico Nacional, no âmbito do Ministério Público.

A Plataforma permite a integração de sistemas e trâmite de processos ou documentos administrativos digitais de forma segura e com confiabilidade na entrega entre órgãos ou entidades que possuem os mais diferentes sistemas de processo administrativo eletrônico, como o SEI, SAPIENS, eDOC, SIPAC, SUAP, entre outros.

Além do benefício financeiro, o acordo visará, especialmente, desburocratizar a atuação na área meio do Ministério Público, permitindo a interoperabilidade e comunicação institucional entre as unidades e ramos ministeriais.

A Comissão de Planejamento é responsável por coordenar e por fiscalizar a execução desse instrumento, por meio dos representantes institucionais indicados na [Portaria CNMP-SG nº 37, de 20 de janeiro de 2022](#).

Em cumprimento ao Plano de Trabalho do ACT nº 195/2021, em março de 2022, a CPE indicou os integrantes do Grupo de Trabalho – GT/CPE para operacionalizar e coordenar a implantação do barramento de serviços ([Portaria CNMP-PRESI nº 94, de 22 de março de 2022](#)), os quais receberam treinamento por parte do Ministério da Economia. Ato contínuo, em junho de 2022, a CPE formalizou o Ministério Público Militar - MPM como unidade piloto e o GT/CPE iniciou as atividades de suporte técnico e gerencial ao MPM para viabilizar a referida implantação.

Até o momento, formalizaram interesse de adesão ao ACT nº 195/2021 o Ministério Público Militar, o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos dos Estados de São Paulo, Rondônia, Piauí, Santa Catarina, Amazonas, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Amapá e Bahia.